

## **Parecer Técnico Conclusivo nº 7/2015/CTIL/CNRH/MMA**

**Assunto:** Proposta de Comunicado do CNRH que encaminha ao Congresso Nacional os Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014, elaborados pela Agência Nacional de Águas.

### **1. Antecedentes**

**1.1.** A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e alterou a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

**1.2** O Relatório de Segurança de Barragens é um dos instrumentos dessa Política, cabendo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

**1.3.** Em 10 de julho de 2012, o CNRH, por meio Resolução nº 144, estabeleceu diretrizes para a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Destacam-se nessa norma os seguintes pontos:

- O Relatório de Segurança de Barragens deverá compreender o período entre 1º de outubro do ano anterior e 30 de setembro do ano de referência do relatório.
- A ANA é responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Segurança de Barragens e os órgãos fiscalizadores responsáveis pelas informações a serem enviadas.
- A ANA deverá encaminhar o Relatório de Segurança de Barragens ao CNRH até 31 de maio, de forma consolidada, cabendo ao CNRH, anualmente, apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional até 20 de setembro de cada ano.
- No âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL deverá ser instituído um Grupo de Trabalho, formado por dois membros de cada segmento representado na CTIL, com o objetivo de analisar o relatório elaborado pela ANA e propor as recomendações para a melhoria da segurança de barragens.

**1.4.** Em 01 de junho de 2015, a Agência Nacional de Águas encaminhou, por meio do Ofício 219/2015/AA-ANA, minutas do Relatório de Segurança de Barragens 2014 (RSB 2014) e Relatório de Segurança de Barragens 2012-2013 (RSB 2012-2013). Informou que, em relação ao RSB 2012-2013 estavam encaminhando uma versão consolidada dos dois anos em função da não existência de fatos ou alterações significativas de um ano para o outro.

**1.5.** Em virtude da renovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cuja portaria que designou os novos conselheiros foi publicada, em 20 de julho de 2015, somente foi possível avaliar a matéria na 135ª Reunião da CTIL, em 20 agosto de

2015. Nesta ocasião, após os esclarecimentos do representante da ANA, foi solicitado aos membros da CTIL que se manifestassem quanto à participação no GT. Os seguintes segmentos mostraram interesse em indicar representante:

- Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas Energia;
- Usuários – Indústrias e Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- Organizações Cíveis de Recursos Hídricos - Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa e Organização Não Governamental;
- Conselho Estaduais – Conselho Estadual da Bahia e da Paraíba.

**1.6.** Acordou-se que a Coordenação do GT ficaria sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia e que a Secretaria Executiva enviaria um comunicado para que os segmentos encaminhassem os nomes dos representantes que iriam participar do GT.

**1.7.** Em 28 de setembro de 2015, o GT emitiu um documento com a avaliação dos Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014. A matéria entrou na pauta da 136ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, realizada nos dias 12 e 13 de novembro de 2015.

## **2. Análise**

**21.** O resultado da avaliação das minutas dos RSB foi apresentado pelo Coordenador do GT, Gilson Machado da Luz, representante da Eletronorte. Sendo informado que para subsidiar a análise, foram realizados contatos com instituições que atuam com o tema e, em especial, com a Agência Nacional de Águas. Enfatizou a complexidade de se elaborar o RSB, uma vez a ANA deve compilar os dados recebidos dos órgãos fiscalizadores que, por sua vez, recebem informações auto declaratórias das empresas.

**22.** Com base no que foi apresentado, entende-se que o GT orientou a análise observando se a estrutura do RSB está compatível com os itens previstos no art.7ª da Resolução CNRH 144/2012. A partir disso foram elaboradas as conclusões e recomendações com vistas ao aperfeiçoamento do RSB e a melhoria da segurança das barragens.

**23.** Em relação ao rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, enfatizou-se, na reunião, que as questões relativas a esse acidente deveriam ser avaliadas a parte, numa discussão específica. Recomendando-se especial atenção no tempo dos relatórios, para que não houvesse vinculação com o ocorrido com a barragem da Empresa Samarco, que será tratado no RSB 2015.

**24.** Feitas estas considerações, passou-se a análise do documento elaborado pelo Grupo de Trabalho, atendo-se a parte final, item 3. Foi proposto pelos membros da CTIL adequações ao texto, de modo a dar clareza nas conclusões e recomendações.

**25.** Quanto ao encaminhamento dos relatórios ao Congresso Nacional,

foi consenso na CTIL de que o CNRH deveria se manifestar por meio de comunicado, uma vez que não haveria deliberação sobre o assunto. Sendo assim, foi elaborada uma proposta de comunicação, que se encontra anexo a este Parecer.

### **3. Conclusão**

**31.** Com a conclusão da análise legal e institucional, a proposta de comunicado do CNRH que encaminha ao Congresso Nacional os Relatórios de Segurança de Barragens 2012-2013 e 2014, bem como o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho foram aprovados. Desta forma, a CTIL encaminha a matéria ao Plenário para apreciação dos conselheiros.

Este é o parecer.

Em, 13 de novembro de 2015.



**JULIO THADEU SILVA KETTELHUT**  
**Presidente da CTIL**

**MINUTA DE COMUNICAÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE XXXXXX DE 2015**

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens-PNSB, conforme o disposto no inciso XI do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Considerando a Resolução CNRH nº 143, de 10 de julho de 2012, que estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010;

Considerando a Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012, que estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Considerando que compete a Agência Nacional de Águas coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens e aos órgãos fiscalizadores a responsabilidade pelas informações a serem enviadas, conforme art. 8º da Resolução CNRH nº 144/2012;

Considerando que o art. 15 da Resolução CNRH nº 144/2012 e o art. 35, inciso XIII, da Lei nº 12.334/2010, remetem ao CNRH a incumbência de apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional, resolve:

Encaminhar ao Congresso Nacional os Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014, elaborados pela Agência Nacional de Águas e apreciados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, contendo as recomendações pertinentes.

**IZABELLA TEIXEIRA**  
**Presidente**

**MARCELO JORGE MEDEIROS**  
**Secretário Executivo**